

Feminilidade divergente: uma análise sobre o romance *A Filha do Doutor Negro*, de Camilo Castelo Branco

Amanda Regina dos Santos Lourenço¹

Resumo: O século XIX foi marcado por mudanças significativas na sociedade portuguesa. Além de conviver com os desdobramentos da Revolução Francesa (1789), Portugal também convivia com as consequências da Revolução Liberal do Porto (1820). Isso inevitavelmente atravessou a literatura de Camilo Castelo Branco, especialmente no seu aspecto social. Da literatura produzida pelo romancista, escolheu-se o romance *A Filha do Doutor Negro* (1864). A obra dialoga com as principais questões sociais do período, principalmente no que diz respeito às tensões de raça e de gênero. Partindo disso, este artigo analisa o modo como esses temas aparecem na narrativa, especialmente na trajetória da protagonista Albertina, que retrata um perfil de feminilidade dissonante para o período.

Palavras-chave: *A Filha do Doutor Negro*. Camilo Castelo Branco. Gênero. Raça.

Abstract: The 19th century was marked by significant changes in Portuguese society. In addition to living with the developments of the French Revolution (1789), Portugal also lived with the consequences of the Liberal Revolution of Porto (1820). This inevitably permeated Camilo Castelo Branco's literature, especially in its social aspect. From the extensive Camilian work, it was chosen the novel *A Filha do Doutor Negro* (1864). The work dialogues with the main social discussions of the period, mainly regarding issues related to race and gender tensions. Based on this, this article analyzes the way these themes appear in the narrative, especially in the trajectory of the protagonist Albertina, which portrays a dissonant profile of femininity for the period.

Keywords: *A Filha do Doutor Negro*. Camilo Castelo Branco. Gender. Race.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: amandareginadosslourenco@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4763-3246

Introdução

No século XIX a sociedade portuguesa – bem como outras nações europeias – estava se reestruturando a partir dos desdobramentos das revoluções ocorridas – no caso, a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Liberal do Porto (1820) – além dos discursos científicos que ecoavam nas academias do período. Esse momento efervescente incidiu diretamente sobre os papéis de gênero a serem desempenhados pelos sujeitos, já que a família foi instituída como célula basilar da sociedade. Ressalta-se que a isso estava subjacente uma necessidade de se estabelecer a função que os gêneros possuíam na estrutura social, tendo como base discursos científicos pautados numa suposta desigualdade biológica entre homens e mulheres, visando limitar a participação feminina na sociedade. Em paralelo, nota-se que, se por um lado havia esses discursos, por outro a presença de ideias liberais em Portugal também influenciou os comportamentos particulares dos indivíduos. O liberalismo se funda numa perspectiva que considera o indivíduo como um ser superior à sociedade, movido por ideias libertárias e individualistas (BONIFÁCIO, 2010, p. 17).

A partir do momento em que a individualidade passa a ser mais valorizada que a coletividade, tem-se uma mola propulsora para o desenvolvimento de posturas que subverteram estruturas pré-estabelecidas. Se a Revolução Francesa passou a conceber a família como uma célula elementar para o bom desenvolvimento da sociedade – procurando harmonizar o coletivo –, a inserção de ideias liberais possibilitou um questionamento sobre a superioridade do coletivo em detrimento do individual. Partindo disso, tais ideias encorajaram os desejos individuais e a luta pelos direitos das mulheres, entrando em conflito com a reestruturação social que ocorria naquele momento.

Com base nisso, observa-se a complexidade em que estava mergulhada a sociedade portuguesa no que tange à relação entre os gêneros, e é nesse contexto conflituoso que se situa a análise proposta neste artigo. Um dos principais nomes da literatura portuguesa do século XIX, Camilo Castelo Branco teve uma produção literária heterogênea, fato que se deve à sua escrita profissional². Por depender financeiramente da escrita para viver, o trabalho do literato dependia de uma relação direta e estreita com o seu público leitor, evidenciada por uma necessidade de agradá-lo: “Camilo vai oscilando entre dois polos – a independência que se empenha em defender e a dependência inevitável para subsistir” (COELHO, 2002, p. 62). Isso permitiu a composição de personagens diversos, mas que dialogavam com o contexto de produção,

² De acordo com Jacinto do Prado Coelho (2002), o trabalho com a escrita – no jornalismo e na produção de obras literárias – de Camilo Castelo Branco foi responsável pelo seu sustento, fato que, inclusive, possibilitou uma relação estreita entre do autor de *Amor de Perdição* e o seu público leitor.

especialmente em seus romances. Noutras palavras, o autor de *Amor de Perdição* contemplou em suas obras tanto o tradicionalismo do Antigo Regime quanto a modernidade romântica. Convém ressaltar que, de acordo com Luciene Pavanelo (2017), as produções artísticas – especialmente no caso da literatura – auxiliavam a apresentar um modelo de sociedade pautado nas perspectivas e projeções da burguesia oitocentista.

A vasta obra do escritor português proporciona um mergulho atento e crítico no contexto citado, especialmente no que diz respeito à condição das mulheres, que nem sempre obedeciam aos estereótipos impostos pelo patriarcado. É por meio da análise do romance camiliano *A Filha do Doutor Negro* (1864) que esta investigação será desenvolvida, evidenciando os movimentos de ruptura da protagonista Albertina frente à sociedade patriarcal portuguesa. Em linhas gerais, analisar esta personagem possibilita compreender outras formas de existência feminina no período oitocentista que ultrapassam os discursos patriarcais e as tentativas de inferiorização do feminino.

A obra em análise foi publicada em 1864 no formato de folhetim, no tradicional *Comércio do Porto*. Segundo Alexandre Cabral, a narrativa é “simultaneamente um romance passional e um romance de actualidade [de costumes]” (1988, p. 272), visto que narra a trajetória dos amantes Albertina e João Crisóstomo, atribulada devido à voluntariosa e preconceituosa autoridade paterna de Francisco S. Alpedrinha; e também narra as mazelas e as corrupções de uma sociedade movida pela ambição e pelo desenfreado interesse financeiro. Em resumo, o aparentemente libertário Alpedrinha – advogado que outrora se casara judicialmente com a mãe de Albertina – inicia o romance defendendo a liberdade de escolha dos filhos, inclusive sobre a questão matrimonial. Vale salientar que a família Alpedrinha pertence a uma burguesia ascendente. Tal fato deve ser considerado, já que isso evidencia que a possibilidade de um casamento vantajoso não era de todo modo descartada pelo advogado, apesar do discurso do patriarca. Ao escolher um pretendente para a filha, o magistrado opta pelo cadete de cavalaria – mais tarde alferes – António da Silveira, pois o personagem atenderia aos anseios de prestígio social da família ao mesmo tempo que compartilha das mesmas percepções políticas que Francisco.

Apesar da escolha paterna, Albertina se apaixona pelo escrivão do escritório do pai – João Crisóstomo –, gerando um comportamento autoritário incompatível com a postura libertária demonstrada pelo personagem no começo do romance. A postura de Alpedrinha reflete um comportamento comum no século XIX, pois “para o burguês vencedor, o proletário não passa de um selvagem da mais rigorosa espécie, representante de um tipo de raça inferior. [...] existe um hiato absoluto entre os proprietários e seus assalariados” (GUERRAND, 2009, p. 302-303). Apesar disso,

Albertina, [...] de ânimo varonil, arrosta todas as contrariedades, até que consegue concretizar o seu sonho de donzela: casar (em Espanha) com o homem que ama. De Espanha o casal viaja para o Brasil, devido ainda às perseguições da justiça, acionada pelo Doutor Negro. (CABRAL, 1988, p. 272)

Embora Albertina e João Crisóstomo tenham concretizado o seu intento amoroso ao conseguirem se casar, o casal sofre com a perseguição de Alpedrinha durante boa parte da narrativa, ao mesmo tempo que também padece com a acusação leviana de falsificação feita por Caetano Alves de Carvalho contra João Crisóstomo – fruto da ingenuidade do amanuense. Apesar de tantos infortúnios, o casal conta com o apoio incondicional de António da Silveira, testemunha ocular das venturas e desventuras dos personagens do romance.

Antes de concentrar o foco analítico para a protagonista do romance, cabe fazer algumas considerações acerca do narrador. Nota-se, no princípio da obra, que a narrativa é conduzida por um estudante da Academia do Porto, que pode ser também considerado uma espécie de ficcionalização do próprio autor, Camilo Castelo Branco, no romance, devido a algumas informações relacionadas à vida do escritor, acrescentadas ao prefácio pelo narrador:

Cai a propósito neste ponto declarar eu à crítica bem intencionada de alguns avaliadores dos meus últimos livros, editados em folhetins do *Comércio do Porto*, que nem levemente me constroem as condições que me pauto e imponho no desenvolvimento da ideia moralizadora [...] Tais são os publicados com os títulos: *Três irmãs*, *Estrelas Funestas*, *Estrelas propícias*, *O Bem e o Mal*. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 14)

Notoriamente, há na produção camiliana uma necessidade de aproximação mais direta com o leitor, cuja finalidade é tornar a história autêntica (CABRAL, 1985, p. 183). Para isso, Camilo se vale de uma oscilação no foco narrativo do romance: ora o estudante da Academia do Porto narra as suas próprias experiências, fazendo uso da primeira pessoa e tornando-se, portanto, um narrador-personagem; ora o estudante assume uma postura onisciente de uma narração, afastada do centro da estória, utilizando, portanto, a terceira pessoa. Esses movimentos de afastamento (uso da 3ª pessoa) e de aproximação (uso da 1ª pessoa) do foco narrativo acontecem em momentos pontuais do enredo. O uso da terceira pessoa do verbo, que gera um efeito de afastamento daquele que narra sobre o seu objeto de exposição, permeia boa parte da narrativa, introduzindo uma falsa sensação de imparcialidade. Já o efeito de aproximação ocorre, especialmente, no prefácio – fazendo referência ao modo como o narrador tomou conhecimento das situações que ele pretende expor nas páginas seguintes –, nas últimas páginas do romance e nos momentos

em que o narrador insere as suas reflexões sobre alguns acontecimentos, como quando Francisco Alpedrinha, aparentemente, compreende que a imposição paterna figura uma forma de violência sobre os filhos. A esse respeito, por exemplo, o narrador faz a seguinte observação:

A experiência não cessa de pregoar que os casamentos involuntários, contra o alvitre dos pais, levam em si peçonha de culpa, maldição sancionada em cima, onde está o Grande Espírito que ditou a quarta lei do decálogo. Eu não sei se este dizer é erva sardônica nos beijos de algum dos meus leitores, cuja inépcia possa ser superior à minha boa fé. Seja o que for; onde estiver um homem que arrancasse dos braços de sua mãe, ou a mulher que apressasse um marido com os arpéus da lei, espoliadora dos direitos paternos, esses que me desmintam, rasgando esta página e mandando-me rubricada com os seus nomes. Quando isso acontecer, hei-de eu cuidar que sou um tolo maior da marca. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 27-28)

Embora boa parte do romance seja conduzida por uma perspectiva afastada, isto é, partindo da terceira pessoa, é importante evidenciar que há uma presença constante do narrador. Isso porque o “narrador-autor faz sentir a cada passo a sua presença, exprime a cada passo ora as reflexões (não raro irónicas, maliciosas, mordazes) ora as emoções que a matéria lhe provoca [...]” (COELHO, 2002, p. 397). Os juízos que ele faz sobre os personagens evidenciam uma ótica nem um pouco ingênua, mas que busca contribuir para o desenvolvimento da narrativa. Ainda que o narrador não assuma uma postura única – conforme se verá parágrafos à frente –, tende a estereotipar o comportamento feminino:

A mulher, segundo bons autores, quase todos poetas, é divina; eu, por mim, suspeito que ela não é absolutamente divina; mas inclino-me a crer que tem costela de divindade; e, se o não parece aos olhos da sã filosofia, é porque lhe faz dano o ter sido em parte fabricada da costela do homem. Seja como for, o seu tanto ou quê de divina, isso tem-no. E dessa qualidade é que procede o aceitar ela, benignamente, como as divindades figuradas em mármore ou tela, os incensos de toda a gente, sem estremar a intenção boa ou má do culto. [...] Toda a mulher consente que a adorem contanto que ela o não saiba da confissão propriamente do adorador. E algumas é de fé que as há, puras quanto podem sê-lo querubins, as quais perdoarão pelo divino amor de Deus ao homem aborrecido que ousar declarar-lhes que as ama. Esta grande virtude congenial têm elas: é instinto; é caridade que não aprenderam no Evangelho: data desde a primeira mulher que se sentiu amada de dois homens, e amorosa de um só. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 100)

Há que ser observado, nesse excerto, a relação existente entre a mulher, o homem e o divino. Nitidamente, há uma percepção de que o homem carrega consigo o divino na sua composição, ao passo que a mulher carrega apenas a costela, ou seja, uma parte do divino. Além disso, o fragmento apresenta uma ideia de mulher submissa e paciente, que suporta as investidas de homens aborrecidos diante da recusa amorosa, ainda que o comportamento de Albertina evidencie o contrário ao longo da narrativa.

É pertinente, também, ter em vista que a trajetória de Albertina se faz a partir de um segundo olhar: a estória narrada pelo estudante da Academia do Porto Ihe é transmitida pelo cadete de cavalaria António da Silveira, testemunha ocular dos acontecimentos ocorridos com a filha de dr. Alpedrinha. Tendo isso em vista, não se deve ignorar que o percurso de Albertina é exposto ao leitor a partir de óticas masculinas. Como estudante, é possível que o narrador estivesse propenso a reproduzir na obra certos discursos inferiorizantes vigentes nos círculos socioculturais e educacionais do século XIX, especialmente sobre as mulheres. Apesar disso, o narrador não assume uma única perspectiva sobre o desenvolvimento das peripécias, ao mesmo tempo que também não julga explicitamente o comportamento dos personagens: “para juiz lá está Deus. Para algoz, basta que cada um seja o de si próprio” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 15).

Ainda sobre o modo como as informações são apresentadas ao leitor, o cadete de cavalaria solicita ao jovem estudante que procure, na cidade do Porto, pela mendiga da Calçada do Mirante – que mais tarde saberá tratar-se de Albertina – com a finalidade de entregar-lhe uma esmola. Além do pedido, Silveira promete contar ao discente da Academia as desventuras que conduziram a mendiga a tal situação: “[...] eu lhe contarei pelo miúdo quem foi a mulher. Careço de recopilar as minhas reminiscências. É este um labor melancólico de que fogem os velhos, cuja mocidade foi desaproveitada ou desastrosa” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 5-6). É graças à necessidade de António da Silveira de expor os episódios vividos que o narrador reconta para o leitor a trajetória da filha do magistrado. Esse modo de composição do foco narrativo aproxima-se daquilo que Walter Benjamin afirma sobre o fato de que

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. (BENJAMIN, 1994, p. 198)

Isso também revela uma tendência camiliana de atribuir veracidade à estória. Complementando as ideias de Benjamin (1994), Coelho (2002) afirma que esse movimento está vinculado à relação que Camilo estabeleceu com o seu público leitor, visto que

é preciso que a história tenha interesse, comporte sucessos invulgares e situações humanas de exceção. A escolha é naturalmente determinada, em parte, pela mundividência do escritor e pela sua condição de romance (ou de novela), em parte pela exigência do público que espera da novela um certo número de emoções. (COELHO, 2002, p. 392)

Atrelado a isso, é importante lembrar a afirmação de Benjamin, na qual se constata que pode fazer parte da natureza narrativa atribuir algum tipo de funcionalidade a ela, na medida em que

Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. (BENJAMIN, 1994, p. 199)

Tomando por princípio essa afirmação, é possível relacioná-la aos conceitos de “romance educativo” ou “romance moralizante”, de Jacinto do Prado Coelho³ (2002), acerca da obra de Castelo Branco: uma percepção de funcionalidade da literatura, na medida em que, de acordo com essas concepções, a função do romance camiliano em análise seria a de estabelecer modelos de comportamentos morais a serem seguidos ou evitados. Entretanto, restringir o objeto de investigação – e quaisquer outras obras de Camilo Castelo Branco – a esses rótulos empobrece toda a potencialidade do texto. Isso se dá em duas instâncias: primeiro, porque os personagens de *A Filha do Doutor Negro* não se encaixam em apenas uma perspectiva de leitura, em consonância com o que se verá ao longo deste trabalho; segundo, porque há uma oscilação dos comportamentos morais, isto é, as posturas dos personagens estão mais conectadas às situações de conflito do que a uma fidelidade moral – vide os casos de Francisco Alpedrinha e de António da Silveira, que, ainda que aparente ser o personagem mais coerente do enredo, muda sua compreensão sobre a moral no fim do romance. Por essa razão, este trabalho não pretende reduzir o romance a uma perspectiva estritamente educativa; porém, não se pode ignorar tal ótica, uma vez que, dentro de uma análise que investiga as relações entre os gêneros, é fundamental compreender como essa ótica moralizante incide sobre as personagens femininas.

Em *A Filha do Doutor Negro*, há um lapso temporal entre o momento da escuta do estudante da Academia do Porto sobre a vida de Albertina e a

³ O autor afirma que, entre os anos de 1862 e de 1864, Camilo Castelo Branco produziu romances com finalidade moralizante. Apesar disso, este trabalho compreende e faz referência ao conceito do pesquisador de maneira crítica, isto é, apresentando uma análise divergente da proposta por Coelho.

compilação escrita desse relato. O narrador aguardou vinte anos para expor as memórias de António da Silveira com a finalidade de garantir um distanciamento entre a trajetória dos personagens e a sua própria imaginação:

A razão por que eu esperei vinte anos esta hora, hora de íntima dor, em que principio a escrever tal romance, é que eu, nesse longo termo de meia existência, cuidei que, sem intercalar episódios imaginários a história de Albertina, mal ou de nenhuma maneira lograria dar-lhe vida, interesse, variedade e número [...]. Estou apto para trasladar o que vi e vejo, sem pedir emprestado à imaginativa o que a natureza me não dá. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 15)

Dessa citação, há duas questões a serem pontuadas, sendo ambas intrinsecamente relacionadas. A primeira diz respeito aos lapsos temporais presentes em *A Filha do Doutor Negro*. Sabe-se que a narrativa do estudante da Academia do Porto é apresentada ao leitor a partir das informações fornecidas por António da Silveira, situação que institui lacunas temporais, conforme se nota no terceiro capítulo, por exemplo: “A pessoa que informava António da Silveira deste ponto deu um salto para seis anos depois, não podendo esmiuçar os fatos seguidos até princípios do ano de 1811, época em que Albertina fugiu de casa” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 43).

Ao mesmo tempo, essas lacunas contribuem para a construção de uma narrativa que se aproxima de uma possível veracidade. Em *A Filha do Doutor Negro* – bem como em outros romances camilianos –, há uma preocupação maior com o desenvolvimento dos protagonistas do que com a cronologia em si. Isso porque “a coerência psicológica das personagens refuga para plano secundaríssimo a coerência cronológica” (CABRAL, 1985, p. 183). A partir disso, entra-se no segundo ponto a ser observado neste momento: a suposta veracidade que Camilo Castelo Branco insere nos seus romances. Para isso, “muitas vezes, numa introdução, refere as circunstâncias em que chegaram ao seu conhecimento: um velho manuscrito, um amigo providencial deram, generosamente, a matéria emocionante do livro” (COELHO, 2002, p. 390). Com isso, reafirma-se a percepção de que o autor propositalmente fornece ao seu público leitor a ideia de que o escritor “seria apenas um repórter, um autor de novidades” (COELHO, 2002, p. 391).

Para além da necessidade de expor as situações atribuídas a uma juventude proveitosa de Silveira, há um intento educativo na exposição, que também objetiva alcançar um público maior para disseminar a percepção própria de que nem todas as desgraças advêm de desvios de uma estrutura normativa. De fato, o estudante da Academia do Porto não é um narrador confiável porque possui um propósito explícito desde o princípio do romance; porém, ao mesmo tempo, em nenhum momento ele se esconde por trás de uma

falsa imparcialidade. Em suma, o “narrador-autor” vai se “dando a conhecer nos seus modos de pensar e de sentir, nas suas recordações e pontos de referência culturais. A própria maneira de narrar o deixa a descoberto [...]” (COELHO, 2002, p. 398).

A ruptura dos estereótipos de feminilidade na personagem Albertina

O protagonismo da personagem Albertina, em *A Filha do Doutor Negro*, destaca-se na literatura camiliana em decorrência do seu contexto de produção. Os comportamentos sociais do período eram pautados e discutidos a partir de discursos – políticos, filosóficos e científicos – que privilegiavam homens brancos em detrimento de mulheres e pessoas negras, por exemplo. Nesse sentido, trata-se de uma obra cuja protagonista está inserida duplamente, enquanto mulher negra, no espectro que compreende os grupos apartados do cerne da hegemonia branca e masculina do século XIX.

Para compreender em que medida a protagonista da obra camiliana diverge da concepção de feminilidade do período, é fundamental ter em vista que a definição de gênero não se estabelece por questões biológicas, ainda que o patriarcado do século XIX tenha se respaldado nessa percepção. Simone de Beauvoir (1980) defende que o gênero não é uma determinação biológica, mas uma deliberação do patriarcado para qualificar e subjugar o feminino, sendo, portanto, uma construção social. Além disso, Beauvoir analisa as condições dicotômicas e hierarquizantes que existem nas sociedades ocidentais, principalmente entre homens e mulheres. A partir dessa análise, estabelece o conceito de *Outro*, baseado na concepção hegeliana da relação entre escravo e senhor. De acordo com a filósofa, “esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 1980, p. 11-12.). Nota-se que essa inessencialidade do objeto e, por consequência, o lugar do “outro” foram arbitrariamente atribuídos às mulheres. Djamila Ribeiro sintetiza essa percepção afirmando que isso

seria pensar a mulher como algo que possui uma função. Uma cadeira, por exemplo, serve para que a gente possa sentar, uma caneta, para que possamos escrever. Seres humanos não deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhes de humanidade. [...] o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe esse lugar de *Outro*. (RIBEIRO, 2017, p. 37-38).

Essa percepção objetificada do corpo feminino e sua rejeição à condição de *Outro* estão relacionadas, ainda segundo Beauvoir, ao conceito de má-fé sartreano. Em linhas gerais, Jean-Paul Sartre compreende a má-fé como uma tentativa de se eximir de uma responsabilidade, atribuindo e justificando atitudes negativas com base em religiões, crenças, temperamentos, entre outros pontos; ou seja, objetiva-se esconder e dissimular uma verdade de si mesmo atribuindo isso a terceiros. Nas palavras de Sartre, “a má-fé tem na aparência, portanto, a estrutura da mentira. Só que – e isso muda tudo – na má-fé eu mesmo escondo a verdade de mim mesmo” (SARTRE, 1997, p. 94). Partindo disso, Beauvoir afirma que a relação de submissão que é imposta às mulheres tem base no conceito de má-fé de Sartre, uma vez que é da vontade dos homens colocá-las e enxergá-las na posição de objetos a serem dominados. Isso posto, percebe-se como a sociedade do século XIX atuou tomando por base essa ideia de má-fé de Sartre, afinal de contas, para os homens da ficção e da sociedade pós-revolucionária,

as mulheres não possuem nenhuma identidade própria – pelo menos é o que desejam os personagens masculinos, pois na verdade, elas são apresentadas como destruidoras em potencial, como se fosse mais evidente que jamais aceitariam voluntariamente os papéis que lhes são designados. (HUNT, 2009, p. 44)

No romance, a má-fé de Sartre e a ausência de identidade própria afirmada por Lynn Hunt (2009), estão incutidas nas insistentes tentativas de Alpedrinha de dominar os comportamentos e os desejos da filha. No princípio da narrativa, o magistrado concordava com as intenções matrimoniais de António da Silveira – por questões políticas e sociais – para Albertina e isso o faz ignorar totalmente a vontade da protagonista, impondo à filha um juramento de fidelidade até a realização do casamento: “e minha filha vai jurar-lhe fidelidade como nos tempos poéticos das cruzadas. Remocemos as velhas épocas, meus filhos! Jurem nas minhas mãos!” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 34).

Alpedrinha, que é apresentado pelo narrador como um fiel defensor da liberdade, inclusive dos filhos, tem consciência de que a filha poderia não compactuar com os seus desejos. No entanto, as percepções de liberdade e individualidade, promovidas pelas Revoluções Francesa e Liberal do Porto, estavam condicionadas ao domínio masculino, isto é, o patriarcado oitocentista não permitia que as mulheres pudessem vivenciar essas questões em plenitude, pois abalaria o poder dos homens sobre as mulheres. De acordo com Beauvoir, quando o homem estabelece com a mulher

uma atitude de colaboração e benevolência, concretiza o princípio da igualdade abstrata; e a desigualdade concreta que verifica, não a põe. Mas, logo que entra em conflito com a mulher, a situação inverte-se: concretiza a desigualdade concreta e dela tira autoridade para negar a igualdade abstrata. (BEAUVOIR, 1980, p. 29)

Tomando a obra camiliana por base, constata-se isso, pois “a partir do momento em que a jovem manifesta o seu desejo de emancipação, estalam os conflitos” (KNIBIEHLER, 1994, p. 389). Quando Albertina recusa o pretendente escolhido pelo pai, por exemplo, a postura afetuosa de Francisco desaparece:

Reluziu a cútis do doutor, e arroxaram-se-lhe os beiços. O relance dos olhos afuzilou uns temíveis raios de cólera, os primeiros que a menina viu no olhar caricioso de seu pai. [...] Bem! Tomarei as minhas medidas! – redarguiu Francisco Simões de Alpedrinha – Muito bem! eu não sabia quem tu eras, criatura! Criei-te e afaguei-te como um anjo; do muito amor com que te satisfiz os caprichos resultou a liberdade arrogante com que falas a teu pai. Esta filha já diz que rejeita o esposo que seu pai lhe oferece. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 35-36)

Alpedrinha parte do pressuposto de que Albertina, bem como o que se esperava de todas as mulheres do período, não expressaria a sua subjetividade a partir do movimento da recusa. Isso ocorre, porque

Em outras palavras, **todas** as mulheres são "a mulher" e o que é dito sobre essa "mulher" é válido sem fissuras para cada uma delas, sejam elas adequadas ao caso ou não. Desta forma, começa o processo de fabricação da "mulher" como "o absolutamente outro". (VALCÁRCEL, 1993, p. 15)

Essa percepção de uma universalidade feminina foi um fator fundamental para a construção e manutenção de discursos sexistas, especialmente se levarmos em consideração que em Portugal no século XIX “a predominância do sexo feminino é uma das constantes demográficas” (SERRÃO, 1987, p. 37). A maioria feminina poderia representar uma ameaça à sociedade patriarcal se ela não contasse com processos de universalização da identidade das mulheres e de discursos inferiorizantes sobre elas. Cabe reforçar que a ruptura da hierarquia social durante a Revolução Francesa provocou questionamentos sobre as hierarquias familiares. Segundo Michelle Perrot, “a abolição da deferência perante os reis, as rainhas, os nobres e os ricos parecia pôr em questão a deferência da esposa em relação ao marido, dos filhos em relação aos pais” (2009, p. 46). Diante dessa situação, foi necessário estabelecer uma barreira intransponível, espacial e comportamental entre homens e mulheres, uma vez que um único indivíduo não consegue estabelecer uma

dominação sobre um grupo; por isso, para garantir a efetivação do inquestionável poder paterno, era necessário que as vias de conhecimento oitocentista garantissem a validação desse poder (COBO, 2005). Inegavelmente, as ciências humanas auxiliaram na perpetuação de discursos misóginos sobre as mulheres, além de fornecerem subsídios necessários para a manutenção dos poderes do pai: “o direito, a filosofia, a política, tudo contribui para assentar e justificar sua autoridade. De Hegel a Proudhon – do teórico do Estado ao pai do anarquismo –, a maioria corrobora o seu poderio” (PERROT, 2009, p. 7). No que diz respeito ao gênero, é unânime entre os principais estudiosos da época a necessidade de sobrelevar os homens e controlar o comportamento das mulheres. Ao observar o romance *A Filha do Doutor Negro*, nota-se inegavelmente a prevalência da “misoginia romântica”⁴ endossada pelas ciências humanas, mas também pelas ciências biológicas.

A medicina do século XIX, além de estudar as especificidades do corpo feminino, também definiu este corpo socialmente a partir da sua natureza, uma vez que se acreditava na fragilidade e na fraqueza das mulheres (MARTINS, 2004, n. p.). Noutras palavras, tais características físicas – e também emocionais – são atribuídas ao feminino apenas pelo seu corpo, mais especificamente pelo útero, pois ele “define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral” (PERROT, 2009, p. 44). É válido pontuar que esse discurso científico auxilia na legitimação da ideia de que a mulher deveria ser gerenciada, isto é, controlada, já que se acreditava que o seu corpo era “sensível a qualquer impressão” (MARTINS, 2004, n. p.). Além disso, Ana Paula Martins (2004) também pontua que essa ideia de gerenciamento é útil para o estabelecimento de discursos normativos pautados em questões da Natureza para justificar as distinções sociais, principalmente para estabelecer relações de dominação. É em virtude dessas perspectivas científicas que o poder paterno é exercido sem que haja necessidade de auxílio direto do Estado e das suas instituições.

Retornando ao objeto de análise deste artigo, observa-se o quanto essa tendência de fragilizar as mulheres adentrou a literatura camiliana. Ao longo da narrativa, Albertina foge por três vezes da casa paterna na tentativa de alcançar o seu êxito amoroso, longe da proibição do pai. Numa dessas fugas, os personagens Francisco Alpedrinha e António da Silveira dialogam sobre essa situação. Diante do escândalo, Silveira tenta convencer o patriarca Alpedrinha a concordar com o casamento entre Albertina e Crisóstomo. No entanto, o magistrado mostra-se irredutível, especialmente porque acredita que a filha não fugiu por vontade própria: “é raptada porque é seduzida! – bradou Francisco Simões – A sedução que é, senão um rapto, um cruelíssimo roubo do coração de uma filha ao amor de seu pai! Quem ousa aí provar-me o contrário disto?”

⁴ Ao instituir o conceito “misoginia romântica”, Amélia Valcárcel (1993) evidencia o quanto práticas e teorias misóginas adentram o período romântico por meio da filosofia.

(CASTELO BRANCO, 1971, p. 44). Ao enxergar em Albertina uma vulnerabilidade e incapacidade de deliberação por si própria, Alpedrinha finge negar a postura da filha, inesperada para a mulher do Oitocentos. Ora, se ao homem pertenciam a racionalidade, a energia e a força, às mulheres pertenciam a emoção, a debilidade e a vulnerabilidade; qualquer comportamento feminino que fugisse dos papéis impostos pela masculinidade caracterizava uma manifestação de falta de juízo ou de sedução da mulher.

De mais a mais, a obediência e a debilidade que o magistrado impunha à filha tinham por finalidade evitar um dos principais medos das famílias no século XIX: o escândalo. “O decoro burguês exige que a pessoa não dê motivos a falatórios, ideal de uma mediocridade discreta. A excentricidade é uma forma de escândalo” (PERROT, 2009, p. 255). Perrot (2009) enfatiza que as mulheres estavam mais propensas ao escândalo, pois qualquer traço que evidenciasse a subjetividade delas, especialmente os que confrontassem os estereótipos de feminilidade, constituía-se como um comportamento vergonhoso. Como se sabe, a conduta de Albertina ultrapassa os limites do ambiente doméstico e o seu comportamento – considerado atípico para uma mulher – se transforma em um escândalo para a sociedade representada na narrativa camiliana. A recusa de pretendentes, as fugas ou as tentativas dela, o enfrentamento da figura soberana da família – o pai –, tudo isso sintetiza a excentricidade de Albertina sob a ótica do estereótipo de feminilidade, evidenciando que a sua postura insubmissa resulta em motivo de escândalo para a família, ao mesmo tempo que representa uma afronta ao Estado, haja visto que aquela é a “forma proto-histórica” (VAQUINHAS, 2011, p. 123) desta. Isso justifica a repressão violenta que Albertina experiencia ao ir de encontro com as estruturas patriarcais: “a fúria contra uma mulher por não se admitir que ela se emancipe” (PERROT, 2009, p. 260). No caso da protagonista, além da perseguição paterna, Albertina convive com o julgamento da sociedade sobre o seu comportamento desobediente. Isso é notório em diversos momentos da narrativa, no entanto o excerto abaixo explicita a questão patriarcal subjacente a essa crítica social, no qual António da Silveira tenta dissuadir Albertina de sua resistência ao poder paterno:

A posição de ambos, até aqui, foi uma luta nobre: a paixão justifica-os, porque saíram vencidos; mas sem mancha da luta. Porém, de hoje avante, o seu padecimento é um heroísmo que a sociedade reprova. As lágrimas de ambos comovem menos que as tribulações por que está passando seu pai, minha senhora. O velho chora, e o mundo respeita muito a dor do homem que diz: « Uma filha que eu amava até ao extremo, arrancou-se-me dos braços, e foi pedir às leis que esmagassem os direitos que eu tinha ao seu amor e obediência. Eu pensei vinte anos na sua felicidade, e ela...» (CASTELO BRANCO, 1971, p. 59)

Convém destacar que, embora Albertina compartilhe com Crisóstomo o julgamento da sociedade portuense, o casal é julgado individualmente, sob prismas diferentes, ainda que próximos. João Crisóstomo é julgado pelo crime de rapto:

Caminhou de rua em rua. Encontrou pessoas que o haviam estimado. Ninguém lhe disse: «De te salve!»; ninguém lhe apertou a mão, dando-lhe os emboras de sair vivo dos ferros. As pessoas que o reconheciam voltaram o rosto; umas porque o haviam esquecido ou desprezado na cadeia; outras porque se pejavam de apertar a mão ao desvalido que não vertera o pleito com o doutor; enfim, outras, porque o ficaram odiando pelo crime de rapto. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 105-106)

Ao passo que Albertina é julgada pela sua postura desobediente:

[o pai] a todo transe embaraçava a reabilitação da mulher difamada, injustamente difamada.

– Injustamente? Pois ela não tinha fugido para a companhia do João Crisóstomo? - interrompi eu.

– Não, senhor: de casa do pai saíra para casa de um procurador de causas, homem de bem, amigo do moço; desta casa, condenado o raptor, voltou para casa do pai; daqui fugiu, e breves passos deu até à cadeia que lhe era perto; e da cadeia, ainda antes de ver o preso, foi, como já lhe disse, levada ao convento de Braga. Já vê que o mundo a infamava injustamente. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 48)

Ainda sobre a questão do julgamento, é importante salientar que Albertina, mesmo casada, continua sendo julgada. Dessa vez, o motivo das pressuposições sobre a personagem gira em torno do suposto crime de furto cometido pelo marido. Em conversa com Albertina, o próprio João Crisóstomo expõe essa situação:

– E a infâmia, o ferrete indelével, o descrédito, este viver e morrer coberto de opróbrio!... E a pobreza, Albertina!... Não me vês assim doente?... Que te deixo eu, que te fica de mim? Um nome injurioso!... Quem dará um colmado e um bocado de pão duro à viúva do ladrão?

– Ó filho!... – exclamou ela, pondo as mãos suplicantes. - Pois tu morres-me? Tu queres deixar-me?

– Deixar-te desvalida, envolta nesta mortalha escarrada do mundo, que eu arrasto há cinco anos... É assim que eu te deixo, esposa da minha alma... Onde irás tu? Se isto que temos bastar à tua passagem para Portugal, vai pedir o talher, vago pela morte de tua mãe, à mesa dos Silveiras. Viverás trabalhando, e morrerás resguardada dos insultos do mundo... Os teus ossos terão sepultura honrada, já que tantos abrolhos de ignomínia te fiz trilhar nesta vida toda noite, toda

inferno para ti... e para mim, que a não merecíamos... (CASTELO BRANCO, 1971, p. 273)

Isso evidencia que, numa sociedade na qual a vivência da mulher está intrinsecamente conectada ao sujeito masculino – pai, marido, irmão, etc. –, qualquer julgamento que se fizesse a respeito dos homens incidiria sobre as mulheres a eles relacionadas. Independentemente da trajetória que tenha trilhado, Albertina teve seu reconhecimento social limitado ao papel de filha e esposa.

Vale acrescentar que, com as constantes fugas, Albertina também passa por um julgamento social acerca da perda presumida da virgindade. A virgindade é um elemento hipervalorizado na sociedade oitocentista, conforme nos mostra Knibiehler: “[...] a virgindade deixa de ser uma virtude cristã, e de resto os pais e maridos livre-pensadores desejam-na tanto quanto os devotos; é um rótulo em intenção do futuro-esposo” (1994, p. 368). Albertina, por outro lado, foge mais de uma vez da casa paterna: “Fugi de casa para ser esposa dele; tornei a fugir para o procurar na cadeia” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 55), contribuindo para a negatização do julgamento social imputado por outros personagens. Deve-se salientar que a questão do julgamento é levada em consideração nesta análise, uma vez que na concepção oitocentista “a opinião é o túmulo da virtude entre os homens, e seu trono entre as mulheres” (ROUSSEAU, 2014, p. 526-527). No entanto, a citação de Rousseau não compreende feminilidades que não se alimentam da opinião pública, conforme se verá adiante quanto à situação de Albertina, evidenciando outro traço de divergência da personagem.

Ademais, há outro elemento determinante que buscava garantir essa universalidade feminina pela ótica do conhecimento. A educação das mulheres no século XIX era, geralmente, mais limitada do que a dos homens. Segundo Joel Serrão (1987), os meninos, após a educação comum para os dois gêneros no período da infância e da puerícia, eram conduzidos às instituições escolares, longe do apoio maternal e da casa paterna, a fim de habituá-los aos costumes sociais de comércio e conversação com os outros homens com os quais iriam conviver – a escola funcionaria como uma preparação para a futura vida pública que lhes aguardava –; ao passo que as meninas, após o período comum de estudos, deveriam permanecer sob a responsabilidade e vigilância da mãe, a fim de receberem dela os ensinamentos necessários para reproduzir a harmonia perene e submissa que havia entre homens e mulheres. Em resumo, “a mãe é sua única educadora, e a ninguém pode, em regra, ceder esse direito e essa obrigação” (SERRÃO, 1987, p. 22). Além disso, a imprensa portuguesa corroborava a ideia de restrição educacional para as mulheres:

A imprensa tradicional de carácter conservador e clerical defendia a ideia de que uma instrução de alto nível não era possível nem desejável para as raparigas, argumentando com a sua pretensa inferioridade intelectual e com o facto de, assim, se eximir aos deveres familiares. (VAQUINHAS, 2005, p. 76)

No entanto, vale destacar que, em *A Filha do Doutor Negro*, Albertina representa uma insubordinação a essa regra:

recebera uma educação esmerada, e, naqueles tempos raríssima ainda entre as meninas da primeira classe. Seu pai, mais instruído em belas letras do que o comum dos jurisperitos, fora o educador de Albertina em leitura, escrita, língua francesa, história e geografia. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 21)

O próprio narrador reconhece a disparidade entre a educação de Albertina e a de outras jovens do período. A educação esmerada recebida pela personagem pode estar relacionada ao que Michelle Perrot aponta sobre o filho ser “objeto de todos os tipos de investimento: afetivo, claro, mas também econômico, educativo, existencial. Como herdeiro, o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte” (2009, p. 134). Ainda que herdeira, não se deve ignorar o fato de que Albertina também fora educada para um possível arranjo matrimonial. Ao conversar com António da Silveira sobre a sua insatisfação sobre o amante da filha, João Crisóstomo, o discurso de Alpedrinha expõe essa possibilidade de leitura: “ela, que eu criara como se um dos mais distintos mancebos da sociedade a estivesse esperando! Dotada de tantos talentos, formosa, altiva, descer até ao homem de salário na casa de seu pai!” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 46).

Por outro lado, deve ser enfatizado que, ao permitir que Albertina tivesse um nível educacional dissonante para a época, Alpedrinha não objetivava que Albertina possuísse meios que garantissem a emancipação do seu comportamento, por exemplo. Ao interpretar o comportamento de recusa da filha como um ato de rebeldia, o magistrado afirma a António da Silveira que

Se tiver filhas, não passe com elas os limites da sua pequena área. Não lhes diga mesmo que conheceu uma desgraçada desobediente a seu pai. Não as eduque. Ignorância, que é a virtude; estupidez, que é a felicidade. Trevas, trevas, meu amigo; que toda a luz de entendimento é uma faísca do inferno. A perversidade nasceu com a ciência da primeira mulher. Acreditemos a Bíblia, que esta verdade é uma grande verdade, porque é atroz, porque é a história, porque é o exemplo de todos os dias, a serpente hedionda, que envolve todos os séculos com as suas roscas, e revessa golfos de peçonha no seio de

cada família onde aparece uma mulher mais alumiada que o vulgo.
(CASTELO BRANCO, 1971, p. 69)

Nesse excerto, o conhecimento é negativado por Alpedrinha, enfatizando que a sua falsa noção de igualdade estava condicionada aos seus caprichos, ou seja, o conhecimento fornecido à filha só era válido enquanto ela era submissa às suas vontades.

Além do mais, não se deve perder de vista que o desejo de escolha de Albertina pelo pretendente que correspondia aos seus sentimentos explicita uma das questões pulsantes no século XIX: o casamento. Luciene Pavanelo explicita no que consistia a problemática do casamento oitocentista, evidenciando como isso adentrou a esfera da ficção:

Um dos principais temas da ficção do Oitocentos, introduzido pelo romance inglês do século XVIII, é, sem dúvida, o casamento, visto como a grande problemática do universo feminino. Excluídas do mundo do trabalho, restava às mulheres a espera por um pretendente que pudesse substituir a figura do pai como provedor. Com isso, o ápice do projeto de vida feminino era casar-se com o homem escolhido por seu coração, um anseio onipresente nos romances da época. (PAVANELO, 2017, p. 148)

Das principais decisões tomadas no seio familiar, talvez nenhuma tenha sido tão discutida e pensada quanto o matrimônio. É a partir do casamento que se constitui a família, instituição que transmite “um nome, um patrimônio, valores simbólicos” (VAQUINHAS, 2011, p. 125) para os seus membros, garantindo, por consequência, a preservação da organização vigente na sociedade. Se a família é considerada a base para a sociedade oitocentista, os seus interesses privados deveriam estar – quase obrigatoriamente – alinhados aos interesses públicos do Estado, garantindo, dessa forma, a conservação do poder dele através da estrutura familiar. Deve-se reforçar que esse diálogo entre interesses privados e públicos estava associado a valores distantes dos princípios da democracia, fato que justifica a centralização do poder privado nas mãos da figura paterna. Ora, se cabe ao pai a deliberação sobre as principais decisões pertinentes à família, também cabe a ele zelar pela manutenção do nome, dos valores simbólicos e, principalmente, do patrimônio. Como consequência disso, a intervenção da família nos processos de escolha dos cônjuges dos herdeiros começava a entrar em conflito com os novos princípios posteriores à Revolução Francesa que começavam a reger esses processos: a possibilidade de escolha do próprio par amoroso, sem intermédio familiar. Nota-se que, para além das tensões entre as esferas públicas e privadas, também ocorre uma problemática entre o individual e o coletivo – e é nesse aspecto que reside um dos pontos principais do romance analisado.

Para a problemática que envolvia o casamento em Portugal no século XIX, tem-se de observar que a tensão sobre isso abalava tanto o espaço doméstico quanto o espaço público, na medida em que os enlaces se dividiam a partir da dicotomia: conveniência e inclinação. Anteriormente aos eventos ocorridos na Revolução Francesa, a seleção de um cônjuge era realizada por intermédio das famílias, amigos e demais pessoas próximas, com a finalidade de manutenção ou perpetuação de um *status quo* social. Os casamentos do Antigo Regime, especialmente os da burguesia abastada e dos meios aristocráticos, eram condicionados à conveniência socioeconômica, com a finalidade de garantir uma sistematização quase determinista sobre as posições sociais. Para garantir a efetivação dessa ideia determinista, era fundamental que a escolha matrimonial estivesse pautada nos princípios endogâmicos e homogâmicos⁵. Nos dois princípios, percebe-se uma introdução determinista cuja finalidade era a perpetuação socioeconômica cada vez mais ascendente. Nota-se, portanto, que o casamento se tornou, mais do que um contrato social, moeda de troca, na medida em que passou a configurar um objeto de negociação das famílias, das instituições religiosas, etc.

Os conceitos de endogamia e homogamia são imprescindíveis para compreender uma das principais tensões presentes no enredo camiliano em análise, já que a trajetória de sua protagonista é marcada por esses modelos de escolha. No caso do princípio de endogamia, nota-se sua presença na recusa de Alpedrinha por parte dos pais da sua futura esposa – que vivera situação semelhante à da filha, ainda que Alpedrinha ignore a semelhança da trajetória da esposa e da filha. E também na tentativa do magistrado de casar Albertina com Simão Valadares, sendo a protagonista rejeitada pela família do morgado também em virtude da sua negritude. Já a homogamia se estabelece no romance por meio da tensão provocada por Alpedrinha por sua inclinação pela posição sociopolítica de António da Silveira, fazendo com o que o advogado insista em um relacionamento amoroso entre Albertina e o cadete de cavalaria.

Na contramão dessa estrutura matrimonial que vigorou por anos, iniciou-se na segunda metade do século XIX uma mudança no processo de escolha do parceiro para o matrimônio: o amor começa a aparecer como elemento determinante para o casamento. Para desgosto dos pais que eram fiéis representantes do tradicionalismo do Antigo Regime, “aumenta cada vez mais o número de pessoas que desejam uma convergência entre a aliança e o amor, o casamento e a felicidade [...]. São principalmente as mulheres, cujo único horizonte é o casamento, que se inclinam para esse lado” (PERROT, 2009, p.

⁵ Em síntese, a homogamia diz respeito a uma inclinação por características semelhantes, tais como parentesco, posição social, ideologia e raça, por exemplo; já a endogamia se refere a interesses sobre o mesmo grupo social, familiar, cultural ou racial.

125). Com o surgimento do casamento por inclinação, instaura-se uma mudança significativa das relações familiares: o casamento como um contrato socioeconômico permitia a intervenção direta da família, especialmente da figura paterna, sobre o destino dos filhos; já o casamento por inclinação conferia aos filhos total liberdade para deliberarem sobre a própria vida. Se a ideia de um casamento motivado pelo amor agradava mais às mulheres, nota-se que esse poder deliberativo, por consequência, conferia a elas maior liberdade, o que representava uma forte transgressão ao papel submisso pré-estabelecido pela sociedade patriarcal da época. A tensão entre essas duas formas de união matrimonial evidencia uma situação que ameaçava, em alguma medida, o patriarcado do Oitocentos. Ademais, convém salientar que

O drama das famílias, a tragédia dos casais frequentemente residem nesses conflitos entre a aliança e o desejo. Quanto mais cerradas as estratégias matrimoniais para assegurar a coesão familiar, tanto mais canalizam ou sufocam o desejo. Quanto mais forte o individualismo, tanto mais ele se insurge contra as escolhas do grupo, os casamentos decididos ou arranjados. Sem dúvida, tal é o mecanismo do drama romântico e do crime passionai. (PERROT, 2009, p. 119)

Vale ressaltar que isso fora tão constante em Portugal no século XIX que reverberou na literatura lusa. De acordo com Vaquinhas, “este tipo de situação está também na origem de rocambolescas histórias de raptos, protagonizadas na sua maioria por jovens adolescentes, ‘presos em afeição mútua’, a quem os respectivos pais negavam autorização para o casamento” (2011, p. 138). Camilo Castelo Branco, atento a essas questões, elaborou romances pautados nelas – no caso *A Filha do Doutor Negro*, cuja narrativa vem sendo discutida ao longo deste trabalho, evidencia os movimentos de luta de Albertina em busca de uma relativa liberdade. Na nota preliminar de *A Filha do Doutor Negro*, por exemplo, Guilhermino César afirma que Camilo possuía consciência sobre a conjuntura que envolvia o casamento e produziu uma narrativa dupla, a fim de ser agradável às jovens – idealizadoras de um casamento por inclinação – e aos pais – árdios defensores do casamento por conveniência. Ademais, ainda de acordo com César, “a rebeldia dos jovens, em questões de amor, já não lhes reconhecia a caprichosa autoridade de outros tempos” (CÉSAR, 1971, p. II). Na obra camiliana em questão, prevalece, no fim, o casamento por inclinação: “estou casada com João Crisóstomo desde o segundo dia da minha fuga de Barbeita. Ajoelhei dando graças ao Senhor no altar do templo, como o faria se saísse dos braços de meu pai, e recebesse da mão de minha mãe na frente a coroa de pureza” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 170).

Prosseguindo a investigação sobre a protagonista do romance camiliano, faz-se necessário ampliar as discussões desenvolvidas até este momento do

texto sobre a condição da mulher na sociedade portuguesa oitocentista, partindo de uma ótica racial. No que tange ao padrão estético do século XIX, *A Filha do Doutor Negro* se destaca na literatura camiliana – e em outras obras portuguesas – por ser uma das poucas obras cuja protagonista é negra: “Denunciava ela visivelmente a procedência da raça paterna no esmaiado amarelecido do rosto, e no alvor esfumado dos olhos; enquanto, porém, ao feitio das feições, era o traslado de sua mãe, melhorado na negridão e espessura dos cabelos” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 21). Há um distanciamento do padrão de beleza feminino da sociedade e da literatura do período, posto que, segundo Yvonne Knibiehler, “mesmo quando a palidez deixa de estar na moda, a brancura da pele permanece um critério inabalável de beleza” (1994, p. 353). Nota-se que o narrador, um estudante da Academia do Porto, na descrição de Albertina, tenta, simultaneamente, menosprezar a raça de Alpedrinha e atenuar as características raciais da protagonista ao utilizar o termo “melhorado”, referindo-se ao tom de pele e espessura dos cabelos de Albertina. Devido ao seu momento de produção e de publicação – ano de 1864 –, o protagonismo da personagem revela reflexos de uma perspectiva racial do período. Robert Young afirma que a dimensão estética é mais nítida nas distinções raciais, que foram frutos de um dilema social e cultural do ponto de vista da raça (2005, p. 117). Complementando isso, o autor também pontua que

Uma vez que a diferença entre civilização e selvageria era algo que a maioria dos leitores poderia aceitar, mas não experimentar por si mesmos [...], a distinção visual, entre os ideais da beleza ocidental e as representações deliberadamente rebaixadas de outras raças, podiam ser avaliadas com uma rápida olhadela às páginas do período. A aversão, tantas vezes expressa por escritores na descrição de outras raças, sobretudo africanas, é, porém, frequentemente acompanhada, em outros pontos, de uma ênfase equivalente, e às vezes aparentemente inadvertida, na beleza, na atratividade ou na conveniência do outro racial. (YOUNG, 2005, p. 117)

Essa distinção visual é mais nítida no caso de Alpedrinha, antagonista e pai da personagem em análise. Embora existisse uma tentativa de rebaixamento estético baseado na raça, como visto no excerto anterior de Young, não se deve ignorar que Albertina é descrita no romance como uma “formosa mulher” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 35). No entanto, Young também chama a atenção para uma convergência entre beleza e miscigenação, compartilhada por diversos pesquisadores europeus, principalmente Arthur de Gobineau: “a imaginação provém das raças ‘femininas’ negras, e a boa arte e literatura, tal como a beleza física, advêm de uma aliança masculino-feminino branco-negro [...]” (2005, p. 137). A citação de Young evidencia o quanto a lógica racial estava associada à beleza. Partindo disso, Albertina é considerada formosa porque é

fruto de um relacionamento interracial, ainda que isso não fosse valorizado pela ótica endogâmica. Vale ressaltar que, dentro do contexto de produção do romance, essa associação é plausível. Não custa lembrar que Camilo Castelo Branco precisava dialogar com os interesses dos seus leitores, que possivelmente dialogavam com perspectivas raciais inferiorizantes⁶.

Além do mais, ao retornar ao conceito de *Outro*, apresentado pela intelectual francesa Simone de Beauvoir, faz-se necessário ampliá-lo e ressignificá-lo, pensando na condição de vulnerabilidade de Albertina enquanto uma mulher negra. Mulheres negras sofrem uma dupla repressão de seus corpos, tanto do ponto de vista do gênero quando do ponto de vista da raça. Se para Beauvoir estar na condição de *Outro* implica numa ausência de olhar de semelhança por parte dos homens, Grada Kilomba compreende a necessidade de ampliar a perspectiva beauvoiriana para a realidade das mulheres negras. Kilomba (2019) apresenta o conceito de *Outro do Outro*, evidenciando que para elas a obtenção de um olhar de semelhança é ainda mais distante:

Ao conceituar o gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens – brancos e negros – e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo – tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos –, além de por formas institucionalizadas de racismo. (KILOMBA, 2019, p. 103)

Noutras palavras, a condição da mulher negra ocupa um entre-lugar, que por muito tempo fora invisibilizado das discussões sociais porque ao separar os conceitos de raça e de gênero das discussões, mantém-se “a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos” (KILOMBA, 2019, p. 98). Quando Kilomba fala sobre a condição de ser o *Outro do Outro*, refere-se ao fato de mulheres negras não serem nem homens, nem mulheres brancas, sendo, portanto, apartadas e invisibilizadas. Os corpos das mulheres brancas – ou seja, o *Outro* – possuem certa visibilidade e reconhecimento, ainda que isso seja oscilante; mulheres negras, por outro lado, não encontram essa visibilidade e reconhecimento, devido a uma dupla carência que lhes é inerente nas sociedades cuja branquitude e masculinidade são elementos fundamentais – ocupando, dessa forma, a posição de *Outro do Outro*.

É válido salientar que essa condição de maior instabilidade das mulheres negras advém de um processo histórico. Acredita-se que a desvalorização da natureza feminina negra advenha do período escravocrata, momento de total violência sobre os corpos negros escravizados. Nesse período, a sociedade era

⁶ Robert Young (2005) afirma que as teorias científicas acerca das raças eram disseminadas de forma populista tanto na sua apresentação quanto no tom utilizado – diferindo da disseminação de outras teorias científicas –, possibilitando que isso se tornasse não apenas uma ideia científica, mas também cultural.

tacitamente organizada em uma hierarquia que subalternizava mulheres negras. Segundo bell hooks,

o povo branco estabeleceu uma hierarquia social baseada na raça e no sexo que classificava os homens brancos em primeiro, as mulheres brancas em segundo, algumas vezes iguais aos homens negros, que eram classificados em terceiro e as mulheres negras em último. (HOOKS, 1981, p. 40)

Tal sistema de hierarquização fora consciente e inconscientemente internalizado no período, inclusive pela população negra. É a partir disso que se estabelecem relações de violência sobre o corpo feminino negro, em detrimento do relativamente protegido corpo feminino branco. É evidente no romance que apenas dois personagens – Albertina e Francisco S. Alpedrinha – passam por esse processo durante a narrativa. Essa característica do romance é perceptível pelo título *A Filha do Doutor Negro*, que é utilizado, também, para fazer referência a Albertina ao longo do enredo: há em torno quinze ocorrências para o epíteto “filha do doutor negro” e mais de noventa ocorrências para o nome da personagem – Albertina. Cabe destacar que, embora o epíteto apareça em menor ocorrência do que o nome da protagonista, seu uso ocorre em momentos pontuais do romance, mais especificamente nos momentos de adversidade da protagonista: a viuvez, a loucura, a miséria e sua morte. Essa repetição lexical enfatiza a característica fenotípica da personagem, seja para estabelecer uma distinção social, seja para racializá-la ao longo do enredo. Isso evidencia que a “repetição lexical ativa e reativa o signo, que acaba por desencadear [...] um recorte temático capaz de conduzir o leitor ao raciocínio interpretativo idealizado pelo produtor do texto” (FREITAS, 2013, p. 3).

Inegavelmente, Albertina se distancia do estereótipo de feminilidade oitocentista. Quanto a isso, também é interessante observar a comparação estabelecida pelo narrador entre a protagonista e António da Silveira. Em um momento de perceptível profusão de emoções amorosas – algo contraditório segundo a ótica patriarcal –, o cadete de cavalaria diz ao narrador:

António da Silveira, em oito sílabas, definiu-me o seu modo de ser naquele tempo: EU ERA UMA MENINA - disse-me ele. Isto é o mais que um homem inocente pode dizer de si, quando a menina é inocente, entendamo-nos; porque, há meninas que, a respeito da pureza do seu espírito, podem dizer: «Eu era como um cadete dos mais casquilhos de há cinquenta anos. » Há de tudo; e desta variedade e desordem é que se faz a ordem e a graça do universo.

Albertina não estava no caso da menina com quem António da Silveira se comparava, nem na plana da outra, que quisesse comparar-se a um donzel de moral desbaratada.

O amor não era novidade para ela. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 30)

Silveira compara o próprio comportamento a um estereótipo de feminilidade oitocentista, isto é, o personagem julga que todas as meninas se comportavam dessa forma. Entretanto, o próprio narrador demonstra que essa idealização do cadete é falaciosa. Mesmo Albertina recusando as investidas de António, o mancebo só se dá conta do comportamento insubmisso da protagonista quando ela confronta o pai: “António, admirado do aprumo da formosa mulher, amando-a mais por isso mesmo, invejando até o galardão do homem que lhe dava auro a tamanho e tão insólito desengano [...]” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 35).

A insubmissão de Albertina é nítida em diversas passagens do romance, especialmente pelo olhar de outros personagens. Ainda tomando António da Silveira como exemplo, o personagem, ao ir ao convento de Braga dissuadir Albertina de seu intento amoroso utiliza a opinião pública como um elemento motivador para a desistência dos amantes:

– [...] De maneira que o heroísmo de duas pessoas que se amam, na situação de V. Ex^a e do condenado, é uma pertinácia doida, que perde no contraste da opinião pública o seu fino quilate moral, e corre com o nome de desatino, quando se não chama desmoralização ou despejo. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 64)

Entretanto, para Albertina o julgamento da sociedade não é um elemento relevante, contrariando uma ideia de feminilidade preocupada com a perspectiva social, conforme se leu parágrafos atrás. Ao redarguir a questão levantada por Silveira, a filha de Alpedrinha diz:

– V. S.^a falou-me muito em mundo, e sociedade e opinião pública. Eu não devo nada ao mundo. Estou desgraçada bastante para que a sociedade se lembre de mim. Eu não desisto de ser esposa de João Crisóstomo. Jurei-o a Deus...
– Jurou-o a Deus! – atalhou Silveira. – Deus não aceita juramentos tais, nem impõe responsabilidade a quem os jura.
– Assim será: jurei-o a mim própria. Sairei daqui morta, se não posso ser esposa do desgraçado que o mundo há-de desprezar. Ele não tem mais ninguém no mundo: sou eu quem o ampara; e a nós ambos, tão desamparados, quem nos sustenta é a esperança, o tempo. (CASTELO BRANCO, 1971, p. 64)

Além de recusar o olhar judicial da sociedade portuense, Albertina também rejeita uma concepção religiosa que não se coaduna com o que defende, visto que, se não pode jurar a Deus, jura a si própria. Independentemente de a quem se jura, Albertina se mantém firme em seu propósito. Isso é perceptível em diversos momentos da narrativa, especialmente nos de reclusão no convento de Braga.

Em suma, o protagonismo de Albertina evidencia que, mesmo dentro de uma estrutura tão rígida como a que se encontrava na sociedade oitocentista, Camilo conseguiu compor uma protagonista transgressora, capaz de deliberar sobre a própria vida, apesar das repressões de uma sociedade patriarcal e racista. Albertina reage a todos os estímulos contrários do patriarcado sobre as suas escolhas, dentro de suas possibilidades. Ainda que trágico, o seu desfecho é consciente, visto que faz parte do projeto de vida da personagem salvar o amado da condenação eterna. Por mais que em uma leitura óbvia Albertina seja lida apenas como uma mulher desobediente que sofre as amarguras do patriarcado, este texto busca explicitar que há mais questões e possibilidades de leitura subjacentes a essa personagem que, de acordo com a proposta neste trabalho, é modelo de resistência, paradigma da amorosa integral (CÉSAR, 1971, p. VIII)⁷.

Considerações finais

A partir das análises estabelecidas neste artigo, pode-se constatar como o romance *A Filha do Doutor Negro* apresenta camadas interpretativas acerca da representação feminina. Se, em um primeiro momento a personagem Albertina parece sucumbir à repressão patriarcal – em virtude do seu desfecho trágico –, percebe-se que ao longo de toda a narrativa ela não cede às pressões sociais, reforçando a ideia de insubmissão discutida ao longo desta investigação. Além disso, nota-se que a personagem se constitui como uma feminilidade divergente na literatura oitocentista, na medida em que rompe com os estereótipos impostos pela sociedade patriarcal sob múltiplos aspectos. Por essa razão, a obra se distancia do restritivo rótulo de “romance educativo”, cunhado por Coelho (2002), uma vez que a presença de uma protagonista que enfrenta as imposições morais de uma sociedade restritiva para as mulheres coloca em questão o ideal de feminilidade que era imposto às mulheres oitocentistas.

Para além de apresentar um arquétipo para as raparigas – atentas às transformações da sociedade – e para os seus pais – sentinelas da moralidade e do comportamento submisso –, o autor Camilo Castelo Branco apresenta uma rica reflexão sobre a rigidez de um período que, no caso do romance, conduziu sua protagonista a um caminho contrário ao do tradicionalismo do Antigo Regime. A desobediência de Albertina é emblemática, levando-se em consideração o contexto social: uma sociedade restritiva para a população feminina. É interessante observar como, do ponto de vista histórico e

⁷ O conteúdo deste artigo reproduz parte de minha Dissertação de Mestrado (“*Essa mulher não ajoelha, nem suplica*”: gênero e raça em *A filha do Doutor Negro*, de Camilo Castelo Branco), tendo sido aprofundado e ampliado para esta publicação.

sociológico, o romance permite uma análise sobre as relações de gêneros no século XIX, em um contexto que começa a dar sinais de uma profunda transformação no comportamento das mulheres dentro da literatura portuguesa. Em suma, a análise de *Albertina*, personagem concebida dentro de uma ótica patriarcal, evidencia um movimento pouco incomum para as mulheres do período: “a história da vida privada oitocentista pode ser lida como uma luta dramática entre o Pai e os Outros” (PERROT, 2009, p. 117).

Referências

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A monarquia constitucional (1807-1910)*. Alfragide: Texto, 2010.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

CABRAL, Alexandre. *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A filha do Doutor Negro*. 8ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1971.

CÉSAR, Guilhermino. Nota preliminar. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *A filha do Doutor Negro*. 8ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1971.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002.

FREITAS, Maria. Noêmi F. C. A repetição lexical como recurso da argumentação. *Anais do SILEL*, Uberlândia: EDUFU, v. 3, n. 1, 2013.

GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e o feminismo*. [S.l.: s.n.]: 1981.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KNIBIEHLER, Yvone. Corpos e corações. In: FRAISSE, G. Perrot, M. (Org.). *História das mulheres: o século XIX*. Trad. Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

LOURENÇO, Amanda Regina dos Santos. “Essa mulher não ajoelha, nem suplica”: gênero e raça em *A filha do Doutor Negro*, de Camilo Castelo Branco. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS, Ana Paula. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

PAVANELO, Luciene Marie. *As Três Irmãs*, de Camilo Castelo Branco, e a independência feminina por meio do trabalho e da recusa ao casamento. In: PAVANELO, Luciene Marie et al. (Orgs.). *Marginalidades Femininas: a mulher na literatura e na cultura brasileira e portuguesa*. Montes Claros/MG: Unimontes, 2017. p. 147-158.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SERRÃO, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SARTE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

VÁLCARCEL, Amélia. Misoginia romântica: Hegel, Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche. In: HELDA PULEO, Alicia (Coord.). *La filosofía contemporánea desde una perspectiva androcéntrica*. Madrid: Secretaria General de Educación y Formación Profesional, 1993. p. 13-32.

VAQUINHAS, Irene. *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo: as mulheres portuguesas sob o olhar da história (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

YOUNG, Robert. J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.